



A oposição liberal/politicista de Fernando Henrique Cardoso à ditadura militar

Maria Goreti Juvencio Sobrinho¹

Resumo

Este artigo discute o caráter liberal/politicista da crítica de Fernando Henrique Cardoso à ditadura militar e ao projeto de autorreforma (1964 a 1989), a partir da análise imanente de suas obras e discursos.

Palavras chave: Fernando Henrique Cardoso, ditadura militar, autocracia, autoritarismo, politicista.

La oposición liberal/politicista de Fernando Henrique Cardoso a la dictadura militar

Resumen

Este artículo analiza el carácter liberal / político de la crítica de Fernando Henrique Cardoso a la dictadura militar y al proyecto de autorreforma (1964 a 1989), a partir del análisis inmanente de sus obras y discursos.

Palabras clave: Fernando Henrique Cardoso, dictadura militar, autocracia, autoritarismo, politicista.

Fernando Henrique Cardoso's liberal/politician opposition to the military dictatorship

Summary

This article discusses the liberal/politician character of Fernando Henrique Cardoso's critique of the military dictatorship and the self-reform project (1964 to 1989), based on the immanent analysis of his works and speeches.

Key words: Fernando Henrique Cardoso, military dictatorship, autocracy, authoritarianism, politician.

Em fins dos anos oitenta, Fernando Henrique Cardoso, atento à aceleração da globalização, postulou a urgência de inserção internacional do Brasil como condição para a modernização e a sobrevivência nacional, e, no auge da crise do governo Collor, já se

¹ Doutora em Ciências Sociais, na área de concentração Relações Internacionais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012); mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2003); graduada em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1991). Pesquisadora no grupo Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Área de atuação: realidade socioeconômica brasileira, pensamento marxiano, pensamento social brasileiro, ciência política, sociologia e política externa. mgjsobrinho@gmail.com

propunha a ser o *condottiere* da burguesia brasileira em sua reinserção na globalização do capital (FIORI, 1997, p. 17). O presidente Cardoso (1995-2002) e seus prepostos não intentaram, evidentemente, inflectir o caráter subordinado do capitalismo brasileiro, tampouco conduzir a inserção do país de forma menos gravosa para a classe trabalhadora – sobre a qual recrudescerão os tradicionais mecanismos de superexploração da força de trabalho – mas, adequar o país às forças inexoráveis da globalização, apostando na entrada massiva de capital externo, em novas associações, que impulsionassem o crescimento, o desenvolvimento e a modernização da economia (JUVENCIO SOBRINHO, 2012; 2017). Todavia, o projeto de inserção internacional subordinada que Cardoso oferecera, em 1994, às *personae* do capital (carentes de uma saída, na sua perspectiva, da crise de acumulação na qual se debatiam desde o fim do “milagre” econômico – 1968-1973), surpreendeu a muitos.

Ocorre que é antiga a convicção de Cardoso de que o caminho “possível” para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro passava pela associação com o capital externo, ainda que sob o primado da “modernização conservadora”. Se até meados dos anos oitenta, o ideário socialista é visto por Cardoso como uma das tendências no espectro ideológico², ele próprio não divisou uma alternativa para o país ancorada na perspectiva do trabalho. Quer por não ter ilusão em relação ao chamado socialismo real, quer pela ausência de condições objetivas para a revolução, Cardoso assumiu uma posição liberal, conformando-se com o “padrão dependente-associado”, posição esta expressa – como o presente texto busca mostrar – em seu posicionamento teórico e prático acerca do projeto de modernização e de autorreforma da ditadura militar no país (1964 a 1989).

A burguesia brasileira e o capitalismo dependente-associado

Desde os seus primeiros trabalhos, Cardoso intenta dar conta das amplas transformações da economia mundial e da realidade brasileira, ao mesmo tempo em que dialoga com as vertentes teóricas de sua época, buscando, frequentemente, um posicionamento crítico em relação a elas. Procura, assim, refletir e responder a questões candentes do pré-64, quando grassava – especialmente no âmbito do Partido Comunista e no seio do ISEB, em que pesem as diferentes angulações entre essas agremiações – a perspectiva de capitalismo autônomo. Os comunistas, por exemplo, apoiados numa abordagem de cunho

² CARDOSO, 1973; 1977a; 1978; 1982a. Com a mundialização do capital, completada pela queda do chamado socialismo real, a perspectiva socialista é finalmente tratada por Cardoso como obsoleta (JUVENCIO SOBRINHO, 2003).

etapista do desenvolvimento econômico brasileiro, supunham que, antes da emergência do socialismo, seria necessário que o país passasse por uma revolução democrático-burguesa, que romperia com os supostos restos feudais da formação econômico-social brasileira, de sorte que o travejamento desse processo pressupunha uma aliança entre trabalhadores e burguesia nacional. Cabe lembrar que o repúdio a essas teses do PCB já eclodira no interior do partido pela voz isolada de Caio Prado Jr., um dos primeiros – e talvez o mais importante – intelectuais de esquerda a criticar as imputações teóricas e políticas dos comunistas à realidade brasileira, cuja gênese e configuração colonial, para o autor, apreendidas em suas investigações desde a década de trinta, determinaram a particularidade da formação social brasileira, na qual a entificação nacional, em sua subordinação ao capital externo, desenrolou-se em contraposição ao progresso social, de sorte que a alteração desta situação caberia às massas populares, e não a uma burguesia nacional/democrática/anti-imperialista, que nunca vicejou no país (PRADO, 1987).

Num campo teórico diverso de Caio Prado, Cardoso procura desvendar, na investigação que resultou em sua tese de livre docência (CARDOSO, 1972), as características da burguesia nacional. Ao contrário das teses do PCB, Cardoso reconhece as fragilidades e limites da burguesia nacional³, constatando que esta classe não se constitui como força político-social hegemônica em relação aos segmentos tradicionais, nem apresenta disposição para lutar, com o apoio das classes trabalhadoras, contra os interesses do capital estrangeiro. Em vez de uma luta anti-imperialista, a burguesia industrial opta por ser sócia menor do capital internacional (CARDOSO, 1972, p. 160). A partir dessa tese de livre docência, defendida às vésperas do golpe militar, o problema do desenvolvimento no Brasil parece estar resolvido para Cardoso, visto que a presença do capital externo garantirá a continuidade do padrão de desenvolvimento capitalista associado. Porém, dado o contexto social e político do pré-golpe de 64, o autor parece nutrir certa expectativa em relação a eventuais inflexões, pois finaliza o trabalho indagando sobre a capacidade de “reação” e de “organização” das massas urbanas “para levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país. No limite a pergunta será então, subcapitalismo ou socialismo?” (CARDOSO, 1972, p. 187).

Com a repressão à classe trabalhadora e aos agrupamentos de esquerda, e a derrota do nacionalismo em 1964, a expectativa de Cardoso é diluída, embora permaneça em aberto a

3 Com base na tipologia liberal/weberiana, o autor analisa a estrutura sociopolítica brasileira, e no caso em questão a formação da burguesia nacional, cujo comportamento pautou-se pela subordinação a formas políticas patrimonial-tradicionistas, o que a impediu de se colocar propriamente como classe, de assumir a condução dos processos políticos e, por conseguinte, da economia nacional (CARDOSO, 1972).

questão de saber quais seriam as forças sociais capazes de assumir o direcionamento do processo de desenvolvimento do país. Na fase subsequente, na qual se destaca a produção *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, junto com Enzo Faletto, prevalece o diagnóstico de que o “desenvolvimento possível” para o Brasil é o “modelo industrial associado”. Não cabe, aqui, retomar o conteúdo do livro *Dependência*, tampouco o amplo debate que matiza a sua produção⁴, especialmente no âmbito da CEPAL⁵, em suas distintas angulações analíticas e propositivas, mas vale destacar alguns aspectos da preocupação inicial de Cardoso, a de concretar a especificidade das economias da América Latina. Reivindicando a dimensão política ou a autonomia relativa da política, que permite reorientar os processos socioeconômicos, Cardoso impugna as interpretações que ficavam circunscritas à dominação dos países centrais que, em geral, dariam guarida às proposições de cunho nacionalista e revolucionário. Propondo, assim, uma ótica distinta da do debate latino-americano, tal como se dava até então, Cardoso e Faletto defendem uma análise que respeite a dinâmica interna das sociedades latino-americanas. Essas não poderiam ser tomadas como configurações históricas únicas e homogêneas das determinações dos países centrais, uma vez que não haveria conexão imediata entre a situação de dependência e os “centros autônomos de decisão”. Ao lado dos condicionamentos externos, existe a dimensão política – as variáveis internas relativas aos objetivos e interesses de grupos de classes que podem, em determinados momentos – como durante o governo JK e a ditadura militar – coincidir com os interesses do capital externo (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 21), de maneira que alguns países em situação de dependência não estavam fadados a estagnação⁶, conseguiram se reorganizar internamente e se desenvolver.

Cardoso expressa, à época, como vimos acima, preocupações pertinentes para analisar o capitalismo brasileiro, entretanto, no desenrolar de sua análise são cometidos equívocos que vão, desde então, se aprofundando. A teoria da dependência pretendia, como lembra o filósofo José Chasin, em seu repúdio ao economicismo, que unilateralizava as relações entre países imperialistas e periféricos e conferia aos primeiros a determinação sobre os rumos do segundo,

4 Destaco a crítica desenvolvida por Cotrim, que se debruçou sobre as principais obras de Cardoso acerca do chamado capitalismo dependente, explicitando de que maneira a influência weberiana predomina na produção teórica de Cardoso em desmedro da concepção marxiana (COTRIM, 2015).

5 Comissão Econômica para a América Latina, criada na década de 40 e sediada no Chile, é um órgão ligado à ONU. Desenvolvida a partir das ideias de Raúl Prebisch (1901-1986), contou com muitos intelectuais da América Latina, entre eles, Celso Furtado, que também a presidiu. Prebisch e Furtado foram as principais expressões do pensamento cepalino, em sua fase inicial, do chamado nacional desenvolvimento, como alternativa para inflectir a forma de inserção mundial da América Latina.

6 Celso Furtado (1966), por exemplo, escreveu *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, no qual afirma que o capitalismo latino-americano havia chegado ao limite de sua expansão, uma vez que esgotara o dinamismo da substituição de importações.

“recuperar e entender a concreta existência do polo subordinado em sua estrutura e dinâmica, para desvendar com isso sua natureza e as implicações dela decorrentes” (CHASIN, 2000a, p. 245). Ocorre que, no desdobramento de sua investigação, tem-se uma análise igualmente equivocada, uma vez que, por não reconhecer “*o complexo da produção e reprodução da base material da existência humana*”, Cardoso toma o econômico meramente como fator, separando-o da política. Mas é justamente essa separação, “de faces ontológicas indissociáveis”, que faculta a política aparecer como autônoma, “como determinação de última instância, ou seja, decisiva em qualquer ordem explicativa, do que redundava o politicismo” (CHASIN, 1999, p. 17) – ou, conforme os autores de *Dependência*, um “jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável” das “condições econômicas” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 142). Seria essa via (política) que permitiria, também, segundo Cardoso, o aperfeiçoamento do modelo político, palco no qual poderia ocorrer uma negociação dos frutos do progresso material daquele padrão de desenvolvimento.

Conduzida sob tal parâmetro teórico, a análise de Cardoso, que pretendia desvendar a lógica própria do capitalismo brasileiro, acaba eliminando o polo subordinante (o imperialismo) e, com ele, “o nexos problemático da relação desigual das formações” sociais capitalistas, o que permite reduzir a relação desigual entre países subordinados e subordinantes, própria do movimento contraditório do capital, a “graus de propriedade ou impropriedade no desenvolvimento do capital” e subtrair “as formas particulares do capitalismo, no caso em suas objetivações subordinante e subordinada”. Por conseguinte, fica-se apenas com o universal abstrato: “capitalismo como tipo ideal”. E, ao suprimir os vários entrelaçamentos que perfazem as entificações sociais desiguais, na rota do capital, perde-se também a própria legalidade deste: a contradição capital e trabalho, de modo que o capital passa a ser entendido, conforme destaca Chasin, “simplesmente como a interatividade dos homens moldada pelo engenho tecnológico, cuja feição social passa a ser uma questão política” e, com isso, são suprimidas as clivagens de classes, que são substituídas pela “noção de agentes”, isolados, “que por seus interesses particulares entram em choque, embora sempre passíveis de ajustamento e coordenação pela via das regras públicas de convivência, vale dizer, da ação política na comunidade do estado” (CHASIN, 2000a, pp. 244-246). Cabe esclarecer que o conceito de politicismo expressa uma concepção de raiz liberal, que:

Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do

econômico em relação ao político (CHASIN, 2000a, p.124)⁷.

É essa plataforma teórica, de cunho politicista, que permite a Cardoso entronizar o ideal de aperfeiçoamento dos processos políticos – das instituições e do estado – à proposta de democratização circunscrita ao universo político-institucional, como é discutido na última seção do presente texto. Assim, a teoria da dependência, que fora impulsionada pela necessidade premente de desvendar a natureza do polo subordinado, acaba por negligenciar, precisamente pela separação arbitrária da política do universo da produção e reprodução material da vida, o imperialismo e o caráter subordinado do capitalismo brasileiro, por conseguinte, escapa-lhe as condições específicas desse chão social, não se indaga, pois, sobre as condições de possibilidade ou de impedimento da forma de dominação democrático-burguesa no Brasil.

As consequências “revolucionárias” da intervenção militar de 1964

Desde logo, cabe chamar a atenção para os atributos positivamente inovadores, racionais, eficientes, modernizantes, que Cardoso confere, não raro, à intervenção militar no Brasil. O movimento de 1964, liderado pelos militares, embora politicamente reacionário, teve “consequências ‘revolucionárias’ no plano econômico” (CARDOSO, 1977e, p. 53). A equação dos militares, que pressupunha consolidar a aliança no interior do tripé da economia brasileira – estado, capitais locais e multinacionais – foi saudada pelo sociólogo uma vez que, a despeito dos seus constrangimentos políticos e sociais, significava um avanço importante em direção à modernização.

Segundo Cardoso, para entender a natureza das “consequências revolucionárias” do golpe de 1964, assim como o “regime autoritário” instaurado com a intervenção militar, não bastaria reconhecer que a recomposição dos mecanismos de acumulação demandava a desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa dos setores populares, o que o golpe cumpriu de imediato. Seria preciso reconhecer que houve, sobretudo, uma “rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento” que prevalecera entre 1930 e 1964. Embora esse modelo já tivesse perdido força no governo JK,

⁷ Reconhecer esse caráter ontológico não significa cair no polo oposto, igualmente deformador da totalidade social: o economicismo ou determinismo da esfera econômica. Como destacam Vaisman e Fortes, “As esferas superestruturais da sociedade não são simples epifenômenos da estrutura econômica. Longe de constituírem um reflexo passivo, elas podem agir (ou retroagir) sobre a base material em maior ou menor grau, *sempre, entretanto, no interior das ‘condições, possibilidades ou impedimentos’ que esta lhes determina*” (grifo nosso) (VAISMAN & FORTES, 2010, p. 23).

com a internacionalização da economia e mudanças na composição dos grupos que atuavam nas decisões econômicas, ainda subsistia o “regime populista”, seu sistema de alianças, e o padrão dependente-associado não fora consolidado (CARDOSO, 1977e, pp. 53-54).

Conforme Cardoso, a ascensão dos movimentos sociais e as propostas de reforma agrária, de redistribuição de renda e de controle do capital externo – que o governo Goulart, em certa medida, respaldava – começaram a roer o sistema político “populista”, à medida que iam inibindo novos investimentos externos. Tal situação, que punha em risco a “dominação burguesa”, foi resolvida de imediato pela intervenção das forças armadas, em 1964, mas essas foram além da resolução desse problema, uma vez que removeram os óbices da modernização da economia e do estado. Ao mesmo tempo em que reprimiram a classe trabalhadora e impediram uma política favorável às massas populares, elas removeram finalmente o sistema de alianças (o chamado regime populista) e a burocracia tradicional, afastando os setores mais atrasados: os setores agrários tradicionais, os setores da classe média burocrática tradicional e os representantes políticos das classes que sustentavam aquele regime – líderes sindicais e os políticos profissionais. De forma que “o golpe deslocou o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham” no sistema populista, cujos empecilhos ideológicos e organizacionais obstaculizavam a associação entre estado, empresas nacionais e os trustes internacionais em patamares mais avançados. Feito esse deslocamento, “em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia, mais dinâmico e mais ‘moderno’” (CARDOSO, 1977e, p. 69), os militares, por meio de instrumentos racionais burocráticos, e sabendo aproveitar as condições externas favoráveis, no contexto de expansão do capitalismo mundial, aplicaram políticas condizentes com esse setor (o capital externo e o local associado a este) e de modernização da máquina estatal (CARDOSO, 1993, p. 214), além de criar as bases para a expansão do setor produtivo público. Ações essas que em conjunto “potencializaram as forças produtivas” do capitalismo brasileiro, aprofundando sua inserção no sistema capitalista mundial avançado. Consolida-se, assim, o capitalismo dependente-associado noutro patamar de desenvolvimento e modernização, posto que subordinado “a formas mais modernas de dominação econômica” (CARDOSO, 1977e, p. 71). O novo sistema de poder e a posição não “imobilista” dos militares na economia é que promoveram, assim, “uma revolução econômica burguesa”, condizente com uma burguesia que apenas pode se integrar ao capital externo de forma dependente, buscando obter o “máximo de proveito possível”, uma vez que, reconhece Cardoso, a acumulação capitalista no país “não se completa” – não desenvolveu a “produção de bens de capital” – por conseguinte, a expansão do seu setor produtivo “requer seu complemento dinâmico e dele depende: a

inserção no capitalismo internacional” (CARDOSO, 1977e, p. 71). Depreende-se, portanto, dessa análise, que aquela questão, posta por ele às vésperas do golpe de 64, a de saber quais seriam as forças sociais capazes de conduzir o desenvolvimento do país, foi respondida pelos militares. Esses, dispendo da nova correlação de forças quando assumem, foram capazes de dar continuidade ao desenvolvimento, em patamares mais modernos, eficientes, racionais. Tal como outros expoentes da oposição à ditadura militar, Cardoso participa da euforia do “milagre”, antes de este dar sinais de esgotamento, afirmando, à época, que a “economia brasileira se expande com força e que dá um lugar ao sol (enquanto estiver crescendo e enquanto houver demanda externa sustentada) para todos” (CARDOSO, 1975, p. 49). Portanto, na perspectiva de Cardoso, equacionado o problema do desenvolvimento pelos militares, resta, então, cuidar do seu complemento político: a democratização.

Apesar de afirmar que o regime (autoritário) “se mantém pela violência e com uma política salarial repressiva” (CARDOSO, 1983, p. 31), Cardoso objeta que a base de sustentação dessa fase de acumulação econômica seja exclusivamente a política salarial restritiva ou a superexploração da força de trabalho⁸ (CARDOSO, 1975, p. 14). O autor reconhece que a experiência brasileira de integração do setor produtivo industrial com a economia mundial implicou, sem dúvida, maior controle do capital externo sobre a estrutura produtiva local, porém, não só negligencia o caráter subordinado da associação com o capital internacional, as relações estruturais próprias do imperialismo, como sempre enfatiza que tal experiência foi exitosa em termos de industrialização e mudança social (CARDOSO, 1980), de modo que a consolidação do padrão de desenvolvimento dependente-associado também permite “dinamismo” e uma certa “mobilidade social”: expansão das empresas, públicas e privadas, e do mercado interno, mediante o consumo interempresas, o consumo de automóveis e eletrodomésticos e o consumo do setor assalariado, o que inclui e atrai os setores de classe média (CARDOSO, 1979/1980). De forma que, uma maior participação nos frutos do progresso dependerá da “capacidade de pressão” da classe trabalhadora, desde que saibam (ou a façam saber) canalizar suas demandas para a luta política institucional, e dos “modelos de participação política que regulam aquela capacidade de pressão” (CARDOSO, 1975, p. 70).

A teoria do autoritarismo e a sua raiz liberal

⁸ Vale lembrar que esse posicionamento de Cardoso foi um dos principais motes de sua polêmica com Ruy Mauro Marini, amplamente analisada por Cotrim (2015).

A interpretação que Cardoso elabora sobre a ditadura militar, enaltecendo seus caracteres “revolucionários”, “modernizadores”, e reservando à crítica sua face politicamente reacionária – crítica esta marcada pelo formalismo – estrutura-se na teoria do autoritarismo, portanto não denomina o padrão de dominação instaurado no Brasil em 1964 de ditadura, mas de regime burocrático-autoritário⁹. A sua teoria do autoritarismo, desenvolvida especialmente nos anos setenta, também marcada pelo repúdio ao economicismo, é, se não a interpretação mais elaborada, sem dúvida, uma das mais influentes nos círculos políticos e intelectuais de oposição à ditadura militar. Tendo como referência a tipologia liberal, o quadro conceitual weberiano para a caracterização da estrutura sociopolítica brasileira, o autor considera que o autoritarismo perpassou a história brasileira até alcançar o estilo de desenvolvimento dependente-associado, que, por sua vez, ajusta-se a uma estrutura política que nunca foi democrática: tradição patrimonial, autoritária e clientelista, centralismo burocrático, controle político elitista e uma sociedade na qual as “elites de poder” e a “intelectualidade” se mostraram incapazes de “organizar” e “educar” a massa, “torná-la capaz de reivindicar tanto pão como liberdade” (CARDOSO, 1977e, p. 82). Entretanto, ressalta, a instauração do regime político burocrático-autoritário, a partir de 68, não é uma “volta ao passado”, ao “populismo”, ao “tradicionalismo”, difere das ditaduras e da forma que o estado assumiu anteriormente no país, uma vez que ele se assenta, como já mencionado, numa alteração do sistema de poder e da correlação de forças. O “novo autoritarismo”, sob o comando da instituição militar, como organização, que assume o poder “a fim de reestruturar a sociedade e o Estado”, “segundo a ideologia de ‘segurança nacional’” (CARDOSO, 1982b, p. 43), também não é símile aos regimes fascistas, uma vez que não é mobilizador de massas, antes visa produzir a apatia, e não carece da cooptação de membros do partido para a repressão social. Trata-se de um sistema híbrido que, em termos institucionais, conserva, por assim dizer, alguns elementos do sistema representativo e, ao mesmo tempo, amplia os dispositivos que cerceiam o seu funcionamento (fortalecimento do executivo, redução do legislativo e controle do judiciário), mas, apesar da ampliação da capacidade decisória do governo, não há um controle total da sociedade civil (CARDOSO, 1982b), definição esta que coloca o regime autoritário-burocrático numa posição intermediária entre o chamado regime totalitário e o regime democrático.

9 Na esteira do trabalho de Juan J. Linz, *An Authoritarian Regime: The Case of Spain* (1964), a noção de autoritarismo-burocrático foi também difundida na América Latina por Guillermo O'Donnell.

Num ensaio que integra a coletânea organizada por Collier¹⁰, que busca dar conta do chamado “novo autoritarismo na América Latina”, Cardoso, discutindo uma série de diferenças entre os regimes políticos e as políticas econômicas implementados na região, propõe “uma aplicação restrita” da noção de “autoritarismo burocrático”, que, a seu ver, deveria designar o tipo de *regime político* e não a forma de estado prevalecente, e aplicado apenas

às situações nas quais a intervenção militar ocorresse em reação contra movimentos esquerdistas e nas quais as políticas que servissem para reorganizar o Estado e a economia para garantir o progresso continuado do desenvolvimento industrial capitalista fossem implementadas por regimes *militares*, como na Argentina e no Brasil (CARDOSO, 1982b, p. 45).

Condizente com sua concepção politicista, com o peso que atribui à política, ao “jogo de poder”, tomando a vinculação entre política e economia como economicismo, Cardoso argumenta que não há relação “causal” entre desenvolvimento econômico, inserção internacional e os regimes políticos instaurados nos países latino-americanos (CARDOSO, 1977c; 1977d; 1982b). Um mesmo tipo de estado, “capitalista e dependente, no caso da América Latina – pode coexistir com uma variedade de regimes políticos: autoritário, fascista, corporativista e até democrático” (CARDOSO, 1982b, p. 47).

Analisando, assim, as distintas situações latino-americanas, Cardoso argumenta que não é correto supor que regimes burocrático-autoritários tenham sido implementados para garantir o desenvolvimento econômico, os negócios e associações com as multinacionais e a rearticulação das economias latino-americanas em direção à ordem econômica mundial, ou que regimes desse tipo sejam a única condição para perseguir tais objetivos. As experiências brasileira, mexicana e venezuelana, por exemplo, apresentaram políticas econômicas relativamente semelhantes, mas exibiram regimes políticos distintos: burocrático-autoritário (Brasil), democrático (Venezuela) ou partidário-burocrático (México). Em casos como estes, o que conta mais são os tipos de estado, de modo que “constitui um esforço inútil considerar os acontecimentos políticos apenas do ponto de vista estreito dos fatores econômicos” (CARDOSO, 1982b, p. 60).

No Brasil, o novo sistema de alianças, liderado pela corporação militar e pela burocracia pública, foi responsável pelas reformas e ajustes necessários à inserção internacional e à acumulação econômica, mas essas mudanças dizem respeito, segundo Cardoso, ao estado capitalista dependente, não ao regime político. A “*raison d’être*”

10 Além do texto de Cardoso, integram a coletânea coordenada por David Collier (1982) os trabalhos de Albert O. Hirschman, José Serra, Guillermo O’Donnell, entre outros.

(CARDOSO, 1975, p. 40) do regime político burocrático-autoritário, instaurado a partir de 1968, é outra, que para ser apreendida seria necessário distinguir regime político e estado (CARDOSO, 1982b, p. 46).

E o autor passa, então, a chamar a atenção para as múltiplas dimensões do estado, secciona-o em pacto de dominação, regime político e, também, em uma organização – “agências e burocracias do Estado” – que, embora seja o meio pelo qual o pacto de dominação se articula no estado, não se confunde com este. Na medida em que o processo de dominação, que se dá por meio de um pacto (variável, dependendo das circunstâncias), é complexo, contraditório e variável, o estado pode ser ocupado, inclusive, por segmentos de classe não pertencentes ao pacto de dominação – o que requer distinguir classe dominante e facção dirigente – ou dominação de classe e controle das partes do aparelho de estado (CARDOSO, 1977b).

Sendo, assim, no caso brasileiro, uma vez que a burguesia não optou pela autonomia capitalista, como imaginava a esquerda, senão pela associação com o grande capital internacional, e na medida em que as frações dominantes foram incapazes de conter as pressões políticas e optaram pela ordem, que permitisse o crescimento econômico, aceitando, pois, a intervenção e o controle militares, surge, a partir de 64, uma nova situação de hegemonia, pautada pela correlação de forças entre os setores que representam o capital externo (instalado diretamente ou em associação) e os que estavam alijados do sistema “populista”: as forças armadas e a tecnocracia. Essa nova hegemonia do bloco de poder exerce-se diretamente sobre as classes dominantes, já que estas ficam à margem do próprio sistema de decisões, com o que perdem sua margem de manobra para a defesa dos seus interesses imediatos, e passam a depender de contatos e alianças com os grupos técnico-militares. Esses, por sua vez, vão pesar na instauração do regime político burocrático-autoritário, em 1968, cuja razão de ser implica na definição de suas “bases de sustentação”.

Cardoso lança mão, então, da noção de “burguesia de Estado”, central na sua teoria do autoritarismo. Conforme a acepção empregada pelo autor, trata-se de uma camada social, ou “agentes do capital” (CARDOSO; FALETTI, 1970), formada por técnicos e funcionários do estado e certos segmentos militares que, embora não sejam proprietários privados dos meios de produção, não são meros burocratas, posto que controlam as decisões das empresas estatais, são suportes da acumulação dessas, que se transforma num setor político estratégico no processo de modernização pós-64 e peça importante que vai, segundo Cardoso, “disputar a hegemonia no bloco de poder formado pelas classes dominantes” (CARDOSO, 1975, p. 18), uma vez que, orientada por uma ideologia de expansão do estado e soberania nacional, passa a

defender “*interesses próprios*”, como, por exemplo, expandir a base produtiva do estado, buscar vantagens na, então, divisão internacional da produção, a arrefecer a ingerência externa na economia brasileira e a diversificar os investimentos externos (CARDOSO, 1975, pp.60-61)¹¹. Cardoso elabora, ademais, a noção de anéis burocráticos – “círculos de informação e pressão”, mecanismos criados pelo regime, por meio dos quais os interesses e conflitos passam a se manifestar no interior do aparelho estatal, de forma que são anéis que perpassam as grandes burocracias – pública e privada – nos quais as *personae* das classes e grupos dominantes buscam satisfazer seus diversos interesses (CARDOSO, 1993, pp. 171-174).

Buscando sugerir que a razão de ser do “regime autoritário”, instaurado a partir de 1968, tinha mais a ver com os interesses dos setores que passaram a controlar o estado, Cardoso argumenta que a feição “autoritária” do regime não estava posta como projeto explícito entre todos aqueles que lideraram o movimento de 1964 nem se pôs de forma imediata, uma vez que ela foi se constituindo ao longo dos primeiros anos da incursão militar e diferiu do projeto inicial: o golpe militar de 1964 foi efetivado “contra o risco da perda de controle da ‘dominação burguesa’” – e, afora os intentos iniciais de “restauração democrática”, não estavam previstas no projeto inicial a modernização do aparato estatal e a expansão do seu setor produtivo. Quando o regime “burocrático-autoritário” se instaurou, a partir de 1968, aquela ameaça já “não era mais generalizada, nem o ‘inimigo’ estava encastelado no aparelho do Estado (...) E a economia já estava reaquecida” (CARDOSO, 1993, p. 220). Logo, argumenta reiteradamente Cardoso, o autoritarismo não é condição para o desenvolvimento econômico, como supõem as análises economicistas, ademais, como afirma naquele ensaio sobre o novo autoritarismo, “todos os Estados capitalistas devem facilitar e garantir o processo de acumulação”. Portanto, sugere Cardoso, as perguntas que devem ser feitas para se chegar à razão de ser do regime autoritário são: “que grupos tiveram vantagem com o autoritarismo? Que centros de acumulação de capital se beneficiaram do governo autoritário – o setor local da iniciativa privada, o setor produtivo do Estado ou os empreendimentos multinacionais?”. Responde, então, “Levou algum tempo para tornar a resposta óbvia aceitável: o autoritarismo-burocrático é politicamente lucrativo para os burocratas civis e militares que detém cargos no Estado” (CARDOSO, 1982b, p.57). A resposta à segunda pergunta é, segundo Cardoso, “mais complexa”, mas indubitavelmente “o Estado é o principal beneficiário do autoritarismo-burocrático” (CARDOSO, 1982b, p.57). É certo que o sociólogo reconhece que a base socioeconômica do regime “foi a grande empresa local,

11 Cardoso não descarta a possibilidade de que esse setor estatal produtivo “possa alinhar-se ao lado daqueles que querem a democratização” (CARDOSO, 1977d, pp. 94-97).

estatal e principalmente multinacional” e que “suas ‘classes de apoio’ foram a burocracia militar e a tecnocracia civil e sua ideologia, a da grandeza nacional-estatal”, porém, sugere que a razão de ser do “regime autoritário”, instaurado a partir 1968, tem menos a ver com os interesses das corporações multinacionais do que com os interesses das burocracias civis e militares, que aderiram ao pacto de dominação com “*títulos próprios*”, reforçando o estado e suas áreas de atuação: “A esse eixo se aliam alguns setores empresariais locais, mas de forma caudatária” (CARDOSO, 1975, p. 40). O estado pós-64 consiste numa aliança de forças distintas e contraditórias, logo, o estado, como organização e burocracia, não pode ser pensado simplesmente como “comitê executivo da burguesia” (CARDOSO, 1977e, p. 68).

Discutindo as várias dimensões que o estado encerra, tendo como arrimo as noções de que o “Estado não é a arena global da dominação de classe” e que a “política não se *resume* ao Estado, embora seja ele o locus fundamental para a articulação da ordem socioeconômica dominante” (CARDOSO, 1977b, pp. 25-27), e destacando a necessidade de uma teoria específica das instituições políticas/dos regimes políticos (que, inclusive, mostre o que fazer com o estado), Cardoso argumenta que, embora existam “afinidades” entre autoritarismo e capitalismo monopólico dependente, há “variabilidade de relações político institucionais”, isto é, uma gama variada de regimes políticos “frente a situações de interesses econômicos semelhantes” (CARDOSO, 1977d, p.87), o que atesta a autonomia relativa da política: “No caso, a questão fundamental é a capacidade que os vários grupos sociais têm de propor formas de organização políticas que permitam a realização dos interesses fundamentais das classes dominantes” (CARDOSO, 1977d, p.87). Assinala, ademais, que embora existam limites para essa variabilidade, “há margem de manobra”, o importante é “criar o espaço da política” (CARDOSO, 1977d, p. 87), o autoritarismo não é, pois, o único caminho possível, e no caso brasileiro, o autoritarismo tem, inclusive, dificuldades para estabelecer um processo de hegemonia, no sentido gramsciano (CARDOSO, 1977d).

Ao teorizar sobre as múltiplas dimensões do estado, Cardoso busca, assim, mostrar que os processos políticos têm relativa autonomia em relação às condições socioeconômicas vigentes, procura sugerir que é possível democratizar o regime político, sem que isso exija (ou dependa de) alterações nos interesses econômicos prevaletentes. O desafio, então, para Cardoso, é encontrar alternativas ao regime burocrático-autoritário e construir mecanismos de contrapeso às tendências burocrático-autoritárias (CARDOSO, 1977d) ou de controle sobre o estado. Daí postular que é necessário repor a questão “da representação e da representatividade” (CARDOSO, 1977b, p. 28), que não pode se restringir à “democracia parlamentar”, que “é pouco eficaz” para “contrabalançar” o peso que o estado assume na

sociedade contemporânea na qual “aumentam as áreas de intervenção do Estado na economia e na sociedade”, reivindica, assim, uma “teoria política que diga como assegurar o controle do Estado pela sociedade e que, por sua vez, redefina o Estado em função de suas complexas interações com a sociedade (e a economia)” (CARDOSO, 1977b, p. 28). Seria preciso, pois, encontrar mecanismos político-institucionais que garantissem a efetiva democratização do processo político, no qual as diversas forças sociais pudessem participar do sistema de decisões, e não apenas uma fração de interesses particulares, democratizar as burocracias, fazer com que estado e empresas prestassem contas de suas decisões ao público, de encontrar, em suma, uma nova forma de participação e controle da sociedade sobre o estado, que, vale ressaltar, permitisse “a realização dos interesses fundamentais das classes dominantes” (CARDOSO, 1977d, p. 87), e que ao mesmo tempo ampliasse o espaço da política e o seu grau de autonomia, advertindo que autonomia não ocorre com o fortalecimento do estado, ao contrário,

Os limites da variabilidade desta autonomia dependem, contraditoriamente, da existência de um forte pacto de dominação de classes (...) e de um regime político flexível capaz de dar alento à rotatividade de interesses *políticos*, à institucionalização de partidos e cliques e ao controle da máquina estatal por estes (CARDOSO, 1977b, p.28).

Cardoso vai explicitando não apenas que seu horizonte é o aperfeiçoamento da política e do estado, e não a superação deste e da forma social que o faz necessário, como também sua perspectiva de democratização (restrita ao universo político-institucional), que prescindir de alterações nas condições socioeconômicas geradoras da exclusão social e política ou do modo específico no qual se produz e se vive. Apartando, assim, a política da produção e reprodução material da vida e autonomizando-a, Cardoso centra-se na dinâmica do “jogo político”, no espaço da política (dentro e fora do estado), na questão da “representação e representatividade”, nos mecanismos político-institucionais de participação da sociedade, na proposição do controle democrático do estado, sem, no entanto, discutir o conteúdo socioeconômico de um eventual projeto de controle democrático do estado, tampouco as forças sociais específicas e necessárias que o sustentariam¹².

Com essa análise da ditadura militar, tratada como regime burocrático-autoritário, conceito este de raiz liberal, Cardoso acaba negligenciando as condições socioeconômicas efetivas que levaram ao golpe de 64, senão ignorando as bases autocráticas, intrínsecas, da

¹² Para Cardoso, não há um setor estratégico ou privilegiado na luta pela democratização (ou para a defesa da liberdade e da participação política), mas classes, grupos, segmentos sociais diversos, que passam pelos partidos, associações de classe, universidade, imprensa, entre outros.

nova etapa de internacionalização subordinada da economia brasileira, objetivadas pelo golpe de 1964, quando o estado assume sua feição bonapartista.

Não cabe aqui enveredar pelas distinções existentes entre a particularidade do bonapartismo brasileiro (CHASIN, 2000a) e o bonapartismo em sua expressão clássica; os lineamentos da via colonial do capitalismo brasileiro indicam o quão separadas estão. Mas há uma dimensão no estado bonapartista que extrapola as particularidades históricas, uma vez que ele se erige como aparato guardião da ordem burguesa, quando esta se vê ameaçada ou constrangida para avançar no seu processo de acumulação¹³. Desde que o operariado emerge como sujeito histórico, em meados do século XIX, tal ameaça é latente, manifestando-se de forma mais ou menos pronunciada, conforme a luta de classes se põe em cada momento histórico, de sorte que, sempre que essa luta coloca em risco o capital, a república democrática não mais serve às *personae* do capital, a preservação da sociedade burguesa impõe, então, a centralização e concentração do poder nas mãos do executivo, o que leva ao estado bonapartista (MARX, 1977, p. 275), *forma esta* na qual a burguesia, ao se ver ameaçada, abre mão do seu controle político direto sobre o estado justamente para garantir sua dominação. Não foi uma ameaça revolucionária ao capitalismo em geral que levou à truculência de classe do estado erigido em 1964, mas a ameaça ao modo específico do capitalismo brasileiro. Durante o governo de João Goulart, a burguesia brasileira, em face da exacerbação dos movimentos sociais, das lutas dos trabalhadores urbanos e rurais, que punham em risco a forma específica de acumulação, sustentada pela superexploração da força de trabalho (uma indústria subordinada ao capital externo, voltada para a produção de bens de consumo duráveis, aliada a uma estrutura agrária latifundiária e exportadora), recorreu às forças militares para manter a sua dominação, para buscar uma resolução, de sua perspectiva, para a crise iniciada em fins do governo JK e encontrar uma nova fase de acumulação. A ditadura bonapartista, de feição militar, foi a forma encontrada para o dismantelamento e repressão dos movimentos dos trabalhadores urbanos e rurais, que lutavam pela realização das reformas de base que, em conjunto, tocavam em pontos nevrálgicos do capitalismo brasileiro de via colonial: a reforma agrária, que atentava contra as estruturas seculares de dominação no campo, o latifúndio e as relações de trabalho; reorientação da indústria, com a produção de bens de capital e bens de consumo não duráveis; redefinição das relações com o capital externo, além das propostas educacional, administrativa, financeira e tributária, enfim, um

13 Segundo Francisco de Oliveira, no caso brasileiro: “Bonaparte emerge, e Bonaparte tem espada, e Bonaparte corta os nós górdios que obstaculizam a acumulação de capital” (OLIVEIRA, 1989, p. 120).

conjunto de lutas e propostas que, mesmo no interior dos limites do capital, colocavam no horizonte a possibilidade de uma efetiva democratização por meio do reordenamento do aparato produtivo interno e de suas relações externas, por meio de uma plataforma econômica social determinada pelas necessidades mais prementes das massas populares e pela preservação dos seus espaços de organização e lutas.

Assim, em face das lutas sociais que combatiam a disjuntiva própria do capitalismo brasileiro entre evolução nacional e progresso social, a burguesia brasileira lança mão da forma bonapartista de exercício de seu poder. Transferindo a tutela do estado para as mãos militares, as várias frações burguesas organizaram-se econômica e politicamente, mantendo-se no caminho da industrialização subordinada ao capitalismo monopólico internacional, sustentada pelo mecanismo da superexploração da força de trabalho ou arrocho salarial, o que implicou a manutenção da exclusão socioeconômica e política da classe trabalhadora. Preservada a forma de acumulação excludente, alicerçada na superexploração da força de trabalho, a ditadura cria as condições institucionais indispensáveis à aceleração da acumulação do capital, tanto os dispositivos para facilitar as incursões do capital quanto aqueles exercidos diretamente sobre a força de trabalho: a lei de greve, o fim da estabilidade no emprego e coibição dos sindicatos, estendendo sua truculência a entidades trabalhistas, intelectuais e estudantis e seus representantes, por meio de torturas e assassinatos. Portanto, se as “burocracias públicas civis e militares” aderiram ao golpe com “*títulos próprios*” e se beneficiaram, como ressalta Cardoso, não apenas os seus interesses coincidiram com os interesses essenciais da burguesia, como sua própria incursão e políticas perpetradas foram exigidas pelas *personae* do capital atrofico brasileiro (CHASIN, 2000a)¹⁴.

Dessa forma, somente sob uma análise liberal, como a teoria do autoritarismo de Cardoso, é possível desvincular a ditadura militar da burguesia, atribuir às forças armadas (as burocracias civis e militares) a “razão de ser” da ditadura militar, separar e não questionar a ditadura dos seus fundamentos socioeconômicos e da classe social que a susteve, enaltecer a “modernização” da perspectiva do capital (a modernização subordinada e excludente) e se aferrar às “regras formais”, aos mecanismos político-institucionais, à valorização em abstrato da participação política.

Valemo-nos, agora, da análise de Chasin acerca desse construto teórico (a teoria do

14 “O bonapartismo brasileiro, em sua objetivação histórica, se transforma, assim, numa espécie de gestor do capital atrofico subordinado ao imperialismo. A defesa castelista do capitalismo associado, uma vez reconhecida nossa posição hierarquicamente inferior aos EUA, perpassa inteiramente a ideologia da autocracia burguesa. Gestores que atendem também aos desígnios da segurança internacional do capital imperialista” (RAGO, 2001, p. 167).

autoritarismo) que se inscreve em sua crítica ao conceito de totalitarismo. Os conceitos autoritarismo e totalitarismo são produto da concepção liberal e têm o arquétipo da democracia liberal como critério de análise científica e “uma sorte de fim da história”, tal que ambos são determinados como formas que, em graus variados de projeção, negam elementos que aquele modelo oferece – tais como império da razão, do indivíduo, da lei e, por fim, da democracia. Enquanto negação absoluta da liberdade, o totalitarismo expressa “o sistema no qual prevalecem a violência extremada – *o terror* – e a dominação hipertrofiada pela concentração do poder e nutrida pelo monopólio político do *partido único*” (CHASIN, 2000b, p. 80). Operando com universais abstratos, próprios da análise liberal (“*a razão em geral, a liberdade em geral, o cidadão em geral, o estado em geral, a violência em geral*” – em vez de reproduzir conceitualmente o concreto, explicitando em cada caso sua particularidade), reduzindo a complexidade do poder político a uma questão de legalidade formal, sem sua correspondência à trama material, às condições socioeconômicas, a teoria do totalitarismo permite igualar (confundindo) entificações históricas distintas, o nazifascismo e comunismo, estas tomadas, arbitrariamente, simplesmente como fenômenos políticos e, pois, por suas aparências políticas semelhantes (CHASIN, 2000b, pp. 82-83) e não pelas características que as diferenciam. De forma que o conceito de totalitarismo “é uma generalização de aparências relativas a concretos distintos” (CHASIN, 2000b, p. 87). O autoritarismo, por sua vez, igualmente determinado como manifestação negativa dos valores que compõem a concepção liberal de poder, aparece como “uma figura intermediária”: negação parcial do modelo liberal (CHASIN, 2000a, p. 248), tal como aparece, como vimos, na caracterização de Cardoso sobre “regime autoritário”.

Ao desvincular os fenômenos nazifascistas das estruturas econômicas que os engendram e dos graus concretos de desenvolvimento histórico destas, o conceito de totalitarismo permite, ademais, separar capitalismo e nazifascismo e ao mesmo tempo identificar capitalismo e liberalismo, o que permite tomar qualquer manifestação de oposição ao sistema do capital como negativa. Congruentemente, afirma a ideia, “contra toda evidência, que no estado liberal todos têm ou, pelo menos, tendem a ter, algum poder” (CHASIN, 2000b, p.83), de modo que o liberalismo não é tomado “como hegemonia de uma determinada classe, mas como a expressão real da igualdade entre os indivíduos” (CHASIN, 2000b, p. 82), logo, não se coloca a perspectiva de superação do estado e de seu poder, que aparece como um mal em geral, cujo remédio é dado pela difusão do poder e pelo pluripartidarismo. Portanto, dado os pressupostos – a separação da política da produção e reprodução da vida material e o arquétipo da democracia liberal como critério de análise

científica e como destino – totalitarismo e autoritarismo são modelos, tipos ideais, que não dão conta das formas de dominação específicas das trajetórias distintas do capitalismo, com efeito, não esclarecem as condições de possibilidade para realização do ideal democrático desejado.

O politicismo de Cardoso a serviço da autocracia burguesa

Cardoso posiciona-se contra o projeto de “distensão lenta, gradual e segura” que vai se definindo com a chegada de Geisel à presidência. Avalia que a tática do governo, mediante a agudeza da crise econômica e da pressão da sociedade, foi a de se antecipar para manter o controle sobre a oposição e de que as reformas políticas em curso eram “acanhadas diante do peso das grandes questões nacionais”: da crise econômica e das questões social e agrária (CARDOSO, 1993, p. 194). Todavia, apesar de apontar problemas socioeconômicos prementes, não os traz para o centro da discussão, limita sua crítica às reformas institucionais, como afirma, em 1979, ao analisar o Brasil depois de Geisel,

[...] se as reformas institucionais propostas não são suficientes é porque elas não entram a fundo nas questões da participação política, da modernização dos mecanismos de tomada de decisões, de modo a abri-los à opinião pública, na reformulação partidária e no estabelecimento de um sistema democrático de negociação entre as partes interessadas (CARDOSO, 1993, p. 195)¹⁵.

Sob essa concepção liberal/politicista, negligencia, num momento crucial da crise da ditadura militar, a dimensão econômica e política do ressurgimento do movimento operário no ABC paulista (CARDOSO, 1983). Este é visto por Cardoso como resultado da espoliação econômica e política a que os trabalhadores estiveram submetidos durante a ditadura, porém avalia que a parte mais significativa de suas reivindicações, e que poderia contribuir para uma flexibilização institucional no país, era de natureza política: liberdade e autonomia sindicais. Transparece, também, em suas análises, a ideia, totalmente equivocada (inclusive porque já estava em curso o projeto de autorreforma da ditadura), de que os empresários e o estado tinham interesses distintos em relação à regulamentação da vida operária e, sobretudo, à questão do arrocho salarial (CARDOSO, 1978, p. 73). Avalia que, após a experiência de 1978, no ABC, uma parcela do patronato teria interesse numa negociação direta com os

15 Daí a postular a remoção do “entulho autoritário”: a “Lei Falcão”, a legislação partidária e eleitoral, a lei de Segurança Nacional, a lei de Imprensa, a legislação que regula a vida sindical e o sistema de sucessão presidencial indireta (CARDOSO, 1985a).

trabalhadores e suportaria uma pressão salarial, entretanto, “por razões políticas, os empresários se escudaram atrás do estado” (CARDOSO, 1983, p. 84) ao permitirem, nos confrontos subsequentes, a intervenção repressiva do estado¹⁶. O desfecho dramático das greves no ABC deveu-se, em sua opinião, à incapacidade do movimento de generalizar as suas demandas para o resto do país e, sobretudo, de não canalizá-las para a luta político-institucional, o que deveu-se também, em sua avaliação, à fragilidade do setor político (partidos, lideranças políticas, políticos profissionais, universidade, entre outros) (CARDOSO, 1983, p. 136). A partir do momento em que o governo propõe o fim do bipartidarismo, a fim de enfraquecer a oposição e ao mesmo tempo atraí-la para as questões políticas institucionais, mantendo a questão central – a econômica – longe do debate da classe trabalhadora, Cardoso, longe de fugir desse diapasão politicista, nada mais faz que aprofundar o debate da reformulação partidária, a refutar os modelos de partidos que julga equivocados, a priorizar a luta político-institucional. Cardoso permanece no MDB, apostando em sua renovação, em um partido dos assalariados, não-sectário, não refratário à alianças, aberto a diferentes categorias sociais (CARDOSO, 1983, pp. 186-189). Não foi esse modelo de partido que, segundo o sociólogo, vingou no Partido dos Trabalhadores, do qual se recusou a participar, posto que nascera sob um modelo ultrapassado: partido de inspiração “basista”, “assembleísta”, trotskista, de comunidade de bases e dogmático (CARDOSO, 1983, pp. 187-189). Ao mesmo tempo, Cardoso conchama as oposições a se “enraizarem” nos movimentos sociais e a canalizá-los “sistematicamente” para a luta político-institucional (CARDOSO, 1983). É com esse intento, de politicizar os movimentos sociais, que Cardoso aproxima-se de algumas lideranças sindicais, em 1978, que o apoiam em sua candidatura à senadoria¹⁷, cuja plataforma é apresentada durante a convenção do MDB paulista, em junho daquele ano: “Constituinte, Anistia, Estado de Direito, Distribuição de renda” (CARDOSO, 1978, pp. 13-14). Embora afirme que os rumos da oposição não podem se restringir ao parlamento, ao estado de direito, já que é preciso definir uma política de cunho popular, Cardoso não só não esboça uma política econômica de cunho popular – nem a toma como prioridade a ser enfrentada – como privilegia a luta institucional e se limita a postular a necessidade de criação

16 Vale registrar que Lula, uma das principais lideranças do movimento grevista do ABC, também não percebeu que o estado agiria em nome do capital: “Nós acreditávamos que sozinhos venceríamos a classe empresarial do ABC /.../. O que não contávamos era que o estado jogasse tão pesado como jogou em defesa das empresas, coisa que não fez em 79 /.../. A gente tinha a esperança de que o governo não iria bancar tudo sozinho. Mas ele bancou tudo do começo ao fim, desde o Tribunal do Trabalho até os helicópteros do Exército” (ANTUNES, 1986, p. 91).

17 A grande liderança de então, Lula, referia-se a Cardoso como a “reserva moral” da sociedade (KECK, 2010).

de mecanismos que garantam o acesso ao sistema de decisões, justamente naquele momento do ressurgimento grevista, cuja potencialidade alterava, aí sim, a correlação de forças.

Buscando conduzir as oposições – inclusive a esquerda radical, à luta político-institucional, a engrossar o “discurso da transição democrática”¹⁸ – a reconhecerem alguns aliados (liberais) no governo e na burguesia¹⁹, a se disporem à negociação, para o país avançar na flexibilização do regime político, Cardoso critica as vertentes oposicionistas que, em sua avaliação, obstavam o encaminhamento das questões políticas do país – prisioneiras de concepções ultrapassadas ou não condizentes com a dinâmica de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira – entre elas a “basista”, “assembleísta”, que valorizavam a “força” exclusiva dos movimentos sociais (tomados por Cardoso como despolitizados, corporativistas e transitórios), cujo principal equívoco, entretanto, era negligenciar a política institucional e sobretudo dar as costas ao estado (CARDOSO, 1993, p. 266).

Além de postular que a transformação política do país não poderia estar baseada “exclusivamente nas forças da base da sociedade”, que seria preciso pensar “num tipo de partido que não seja um bloqueio a qualquer tipo de aliança” (CARDOSO, 1978, p. 85), Cardoso também critica as oposições que defendiam a democracia de modo “instrumental”, isto é, “em nome da inclusão social”, evocando-as à “valorização” dos ideais democráticos, sugerindo, assim, que a consciência política mais avançada é aquela que reivindica não apenas “pão”, mas também liberdade política (CARDOSO, 1983). Em suas críticas politicistas às oposições, Cardoso não polemiza, pois, a necessidade de mobilizar e elevar a consciência dos trabalhadores a partir de suas necessidades mais prementes, em torno de um projeto econômico alternativo, tocando, assim, nos fundamentos da dominação autocrática.

Cardoso também postula uma “*democratização substantiva*” (CARDOSO, 1977d, p. 89; 1978, p.26), que envolveria a organização e participação da sociedade, que significasse um processo de mudanças mais abrangente e a longo prazo, que suplantasse o elitismo secular da sociedade, que encaminhasse, entre outros problemas, a questão da exclusão social, que tivesse, enfim, uma conotação popular. Por vezes, também aponta a necessidade de alteração do “estilo de desenvolvimento”, marcado pela concentração de renda, problemas no meio ambiente, dependência tecnológica, necessidades crescentes de importação e exportação e atuação decisiva do estado (CARDOSO, 1977f; 1980). Chega a falar, embora

18 Ver LEHMANN (1986), que analisa a influência de Cardoso sobre as oposições, inclusive sobre a “esquerda radical”.

19 CARDOSO, 1977a; 1993.

superficialmente, em reorientar a produção segundo as necessidades sociais básicas, por exemplo, em alterar a política de financiamento do consumo que privilegia as classes altas (CARDOSO, 1978, pp. 96-97). Entretanto, além de genéricas, tais postulações que visam, em tese, atacar problemas cuja raiz é socioeconômica, não só não implicariam em confronto com o capital externo, ou uma alternativa ao “desenvolvimento-dependente-associado” (CARDOSO, 1978, p. 99), antes gravitariam no interior desse padrão, como dependeriam do avanço na esfera político-institucional e da “participação das escolhas políticas” (CARDOSO, 1976, p. 151; 1977f; 1978, p. 92; 1983, 1985c, p.8). Como afirma em um dos momentos de sua campanha à senatoria, ao criticar o “distribucionismo” e advertir sobre os riscos²⁰ de se combater a desigualdade social negligenciando a produção: “A solução do impasse brasileiro depende de que se encontrem fórmulas políticas para diminuir a assimetria sem desorganizar o sistema produtivo” (CARDOSO, 1978, p.87), ou, como já dissera, o desafio é encontrar formas políticas que permitam “a realização dos interesses fundamentais das classes dominantes” (CARDOSO, 1977d, p. 87).

Priorizando, assim, a luta político-institucional, postulando “democracia substantiva”, “controle democrático do Estado”, mecanismos de controle público, proposições estas abstratas, posto que despojadas de conteúdo socioeconômico alternativo, Cardoso evidencia que sua perspectiva de democracia não está nucleada pelas necessidades e demandas materiais da classe trabalhadora, mas pela valorização genérica do ideário democrático, pela formalização de regras procedimentais, que legitimem a “diversidade”, a “discordância” e o “conflito de interesses”, que assegurem aos indivíduos o direito de participar da vida política e de exigir este ou aquele direcionamento (via estado) da vida econômico-social, dependendo da correlação de forças do momento, que, no entanto, aparece como se fosse uma situação armada no campo estritamente político (CARDOSO, 1977a).

Ora, se a raiz do estado reside na sociedade civil, se a produção – o que é produzido e como – determina a forma da distribuição – determina, pois, quem e como participa dos resultados da produção (MARX, 1982), ao ser preservado o padrão de acumulação subordinado, gerador da exclusão socioeconômica, obsta-se também, como vimos, o acesso efetivo aos canais de luta das classes sociais interessadas em erradicar a superexploração de sua força de trabalho, inviabiliza-se o “controle democrático” de um estado cuja natureza é autocrática.

20 Os riscos costumam ser, segundo sua visão, “a recessão, o desemprego e, com eles, a repressão” (CARDOSO, 1978, p. 86).

Considerações finais

Conforme evidenciamos, ao longo desta exposição, Cardoso não considera que a ditadura militar – que é tratada como regime burocrático-autoritário – tenha sido implantada para garantir um determinado ordenamento econômico, posto em risco pelos movimentos sociais do imediato pré-64. Separa, portanto, o padrão de acumulação econômica da face política “autoritária”, “reacionária” da intervenção militar – o que lhe permite salvar aquele padrão e, pois, furtar-se da crítica efetiva ao projeto global da ditadura. Ignorando, assim, os fundamentos socioeconômicos da ditadura e conformando-se com o padrão de desenvolvimento econômico consolidado pelos militares, Cardoso defende a possibilidade de um regime político flexível, uma democratização estritamente no âmbito das formas político-institucionais, que não se põe e não poderia se pôr na perspectiva das massas, uma vez que isso implicaria um reordenamento econômico e não apenas institucional. Todos estes aspectos de sua concepção permitem compreender que Cardoso estava impossibilitado de escapar ao diapasão em que a própria ditadura propusera a questão da transição, a partir de 1974 – mantendo-a no plano estritamente político-institucional. Ao manter-se também aí, Cardoso fez o jogo da situação.

Valemo-nos, novamente, da análise desenvolvida por Chasin a respeito do sentido e das características próprias da formação social brasileira, mormente no que diz respeito ao caminho pelo qual procedeu sua industrialização, denominado por ele como “via colonial”. Na esteira dessa sua apreensão de nossa história, Chasin oferece uma série de análises a respeito dos principais passos de todo o percurso de transição da ditadura para a autocracia institucionalizada (CHASIN, 2000a). Entre elas, faz uma avaliação do “milagre econômico” e das raízes do regime ditatorial. Segundo ele, o processo de objetivação hipertardia do capitalismo no país, cuja industrialização ocorre num contexto histórico em que as lutas imperialistas estão mais acirradas para disputarem o mercado mundial, já tendo eclodido uma revolução anticapitalista e sem romper com a subordinação ao capitalismo internacional, enforma uma burguesia que jamais pôde e nunca pretendeu ser revolucionária, que não realiza suas tarefas de classes – a completude/autonomia de seu capital e a instauração de um estado democrático.

Impossibilitada, em seu curso histórico, de engendrar o padrão de hegemonia burguesa – enquanto expressão de autonomia nacional, integralização e participação de todas as categorias sociais, ainda que nos estreitos limites do estado democrático, a burguesia

brasileira exerce sua dominação de forma autocrática, que, conciliando pelo alto com as demais frações de sua classe (os setores agrário e industrial), rechaça qualquer ameaça, real ou potencial, de participação das categorias do trabalho, implicando simultaneamente a reposição da subordinação ao imperialismo e a exclusão da maioria. Incapaz de assumir suas tarefas de classe, ou as renunciando voluntariamente, resignando-se, pois, com sua subalternidade externa, a burguesia transfere para o estado as tarefas de implantação do capitalismo industrial – implantação esta não destituída de conflitos com os interesses imediatos dessa classe. Assim, uma vez que o estado é determinado pela sociedade civil, as tarefas de implantação e de consolidação do capitalismo industrial brasileiro são realizadas pelo estado justamente porque a burguesia é incapaz de realizá-las, e não por uma correlação de forças indeterminada.

A incapacidade da burguesia brasileira de exercer sua dominação, mesmo nos estreitos limites da democracia liberal, decorre, assim, da sua incompletude e subordinação externa, situação esta que exige adequações políticas de cunho permanentemente autocrático: excluir material e politicamente a participação das massas. Antecedida pelo período monárquico, sustentado pela mão de obra escrava, a autocracia é a forma que assumiu o estado brasileiro ao longo da história republicana, quer em sua expressão bonapartista – a chamada república da espada (1889-1894), o estado novo (1937-1945), a ditadura militar (1964-1984) – quer nos breves momentos em que a autocracia burguesa se reveste das liberdades políticas, sem, no entanto, alterar seus dispositivos autocráticos, que podem mesmo ser aperfeiçoados sob o manto liberal. De forma que “a totalização do circuito institucional do capital, na particularidade da via colonial, tem de compensar a estreiteza orgânica do capital” – capital atrofico, não apenas incompleto, mas incompletável – “com a autarquização/monopolização do poder político para que o capital se ponha e reproduza como o centro organizativo da sociedade civil e do estado”. Daí, “tão improvável é a criação de uma democracia liberal no Brasil, quanto nele é impossível de ser efetivado um capitalismo nacional autônomo”. Disto resulta que “A alternativa democrática à autocracia dos proprietários (...) está na virtualidade de uma democracia dos trabalhadores” (CHASIN, 2000b, pp. 104-105).

Na medida em que a autocracia é a expressão de sua incompletude e incapacidade de domínio democrático, a burguesia brasileira precisa recorrer ao politicismo, que atua como “freio e protetor” dessa mesma “estreiteza econômica e política da burguesia” (CHASIN, 2000a, p. 124). Subtraindo do debate político a sua base de sustentação econômica e aparentemente expondo “o político a debate e ao aperfeiçoamento”, a burguesia se antecipa à crítica e ao questionamento das bases materiais de sustentação de sua dominação autocrática.

De sorte que autocracia e politicismo são traços intrínsecos da burguesia brasileira, determinados pela natureza atrofica, subordinada do seu capital, que na sua estreiteza capitalista não pode admitir que uma mudança substantiva só pode emergir de uma angulação dos setores do trabalho, posto que implicaria tanto uma desmontagem da estrutura socioeconômica que sustenta seus interesses mais imediatos quanto, como assinala Chasin, a “abertura de uma perigosa perspectiva” (CHASIN, 2000a, p. 134), daí agir preventivamente contra qualquer ameaça real ou potencial de uma perspectiva socialista. Assim, ressalvadas as diferenças específicas de cada momento, mas reconhecendo as suas afinidades estruturais, 1937 e 1964 são expressões do “politicismo armado”, do mesmo modo que as fases de abertura que as sucederam, equivocadamente chamadas de redemocratização, são as formas “civilizadas” do politicismo.

Foi, assim, como vimos, a função que cumpriu a ditadura bonapartista em 1964. O assim chamado “milagre econômico”, bandeira maior do “sucesso” dos governos ditatoriais, “sucesso” ao qual não somente Cardoso, mas muitos outros expoentes das oposições sucumbiram, pautou-se pela exacerbação do ordenamento econômico, iniciado com JK num momento de fartura de capitais externos. Era a produção liderada pelos bens de consumo duráveis, especialmente vinculados à indústria automobilística, na sua maior parte de origem externa, exigindo importações crescentes de bens de produção e gerando também crescentes remessas de lucros. Para fazer face a tais despesas, contou-se com o “esforço exportador”, majoritariamente de produtos primários. Continuou em segundo plano a produção voltada para as necessidades mais elementares da maioria da população, o que manteve elevado o valor de tais bens de consumo básicos²¹, sem que fosse necessário, para os interesses prevalecentes do capital, aumento salarial compatível, uma vez que não é essa a produção nem esse o segmento do mercado interno que, de fato, lidera a acumulação. Essa acumulação foi crescente durante alguns poucos anos (1968-1973), mas rapidamente viu-se impossibilitada, ou, ao menos, seriamente reduzida, na medida em que, não tendo sido suficientes as divisas obtidas pelo “esforço exportador” para prover a compra de bens de produção e a remessa de lucros, recorreu-se crescentemente aos empréstimos, o que ampliou aquelas despesas com o pagamento dos respectivos juros. Desde 1974, os sintomas da crise do

21 O valor da força de trabalho cresceu durante a ditadura militar, apesar da deterioração do salário real, ampliou-se, portanto, a superexploração da força de trabalho (pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor real) (MARINI, 2000, pp. 215-220). Vale lembrar que sociólogo Fernandes também reconheceu que a superexploração da força de trabalho é traço estrutural do capitalismo brasileiro. A intensificação da exploração da força de trabalho no Brasil deve-se ao mecanismo que o autor denominou como “apropriação dual do excedente econômico”, feita pela burguesia monopólica nacional e internacional, na qual a maior parte do excedente fica em mãos da fração burguesa internacional (FERNANDES, 1981; 1986).

“milagre” eram visíveis. Ditadura e “milagre” são, assim, duas faces da mesma moeda, expressaram a pobreza de uma solução efetiva da questão nacional. Ou seja, como aponta Chasin, o “milagre” foi, durante um curto período, um “sucesso”, especialmente para o capital monopólico interno e externo; já, para a maioria da população brasileira foi, desde o início, um estrondoso fracasso, uma vez que não poderia, de modo algum, satisfazer suas necessidades mais elementares, já que baseado na superexploração (pagamento da força de trabalho abaixo do seu real valor). E foi, novamente, um fracasso, mesmo do ponto de vista do capital, após pouco tempo. Portanto, as bases nas quais se assentava o “milagre brasileiro” – independentemente do quão estendido fosse o seu período de “boom” (“crescimento do bolo”) – não poderiam levar a uma participação da maioria. Cardoso e as oposições, com raras exceções, separando a política da produção e reprodução material da vida, e tomando produção e distribuição não como dois momentos de uma mesma totalidade (MARX, 1982, pp. 13-14), mas como esferas isoladas e independentes uma da outra e, pois, não atinando com os fundamentos do “milagre brasileiro” e seus nexos com o estado erigido em 1964, reivindicavam uma política de distribuição mais justa do “milagre econômico”. Ora, se produção e distribuição perfazem uma mesma totalidade, a produção não pode ser pensada como instância intangível da economia, como propagam as interpretações de corte liberal em que o universo da produção e reprodução da vida material pertenceria a leis imutáveis da sociabilidade do capital e restritas ao universo privado, enquanto a distribuição dependeria das remodelações oferecidas pela ação política, ou, como defende Cardoso, do modo pelo qual os indivíduos participam da vida política.

Foi precisamente no momento em que o “milagre” chegou a seu segundo fracasso, num momento, portanto, de crise interna, decorrente do esgotamento do “milagre econômico”, que o governo ditatorial, em 1974, assumiu a tarefa de reconduzir o país à institucionalização da autocracia burguesa e enfrentar as vicissitudes do capital atrofico, agora imerso no turbilhão da crise.

Uma vez que a ditadura militar foi a forma encontrada para a reposição, em patamares mais modernos, da antiga conciliação entre o velho e o novo, no momento em que o projeto econômico se inviabilizou, a ditadura perdeu sua base de sustentação e de legitimação, especialmente porque as diversas frações da burguesia que a sustentaram de modo aparentemente monolítico passaram a debater, entre si, quem pagaria o ônus da crise que se abria e quem se beneficiaria numa eventual nova fase de acumulação. Foi para atender, fundamentalmente, à necessidade de espaço de debate da própria burguesia que se tornou necessária a “abertura” política. Entretanto, como não ocorreu, por parte dessa classe, uma

mudança de posição que a levasse a romper com a forma subordinada da industrialização e com o arrocho salarial, tratava-se de manter a questão central – a econômica – longe do debate da classe trabalhadora; para isso, o politicismo era fundamental: discutir publicamente apenas a abertura política, de preferência somente a institucional, a “retomada” ou aperfeiçoamento da “democracia”.

Não atinando para o fato de que a estratégia de abertura estava perfeitamente afinada com os interesses empresariais, tal como a ditadura esteve para os empresários, cujo objetivo central era manter intocada a autocracia burguesa, Cardoso, como vimos, critica os limites da transição fundamentalmente no plano institucional, acreditando que o avanço nesta esfera permitiria encetar mudanças mais substanciais de cunho político e social, dependendo de uma futura correlação de forças mais favorável à transformação, subordinando-se, assim, ao projeto de autorreforma da ditadura.

Essa mesma posição politicista manifesta-se em sua avaliação do movimento sindical, que ressurge no final da década de 1970. Cardoso avalia o operariado como “mais um” segmento que, “finalmente”, junta-se aos demais na oposição à ditadura. Coerentemente vê, como mais importante, a participação institucional dos trabalhadores do que suas reivindicações salariais – uma vez que não compreende que a superexploração da força de trabalho é a base de sustentação da autocracia burguesa. Contudo, a eclosão das greves de 1978, à revelia dos partidos, já significava uma vitória não só pelo fato de estiolar os dispositivos jurídicos vigentes (lei antigreve), mas também por colocar, no centro de suas reivindicações, o fim do arrocho salarial, atacando diretamente um dos mais significativos pilares de sustentação da ditadura militar instaurada em 1964: a política econômica sustentada na superexploração do trabalho que, por sua vez, levava à carência e à fome, contra as quais se insurgiram os operários naquele momento. Cardoso não atenta, portanto, para a alteração da correlação de forças, favorável agora à classe trabalhadora, não percebe que o movimento sindical, ao se recompor, ferindo imediatamente a base da ditadura, poderia, de fato, constituir uma possibilidade de escapar ao ardid do politicismo armado pela própria ditadura e, conseqüentemente, partir para sua crítica efetiva, para a crítica da totalidade de seu ordenamento socioeconômico-político, com base na única perspectiva que possibilita isso: a do trabalho. Ao contrário, Cardoso esforça-se por levar aos trabalhadores a perspectiva da institucionalização, isto é, esforça-se por politicizar o movimento sindical. Vê como importante a mobilização e a pressão das massas, sem dúvida, mas somente para que estas participem dos mecanismos institucionais; não se trata, para ele, de mobilizar os trabalhadores a partir de suas necessidades mais prementes, tocando, assim, nos fundamentos da dominação

autocrática. Cardoso chega a dizer que são as massas que têm necessidades democráticas, já que a história brasileira demonstra que a democracia nunca esteve no horizonte da burguesia. Entretanto, não questiona, efetivamente, quais seriam as condições de possibilidade para a democracia ou de que democracia se trataria. Ao contrário, supõe que as franquias de participação institucional sejam a expressão dos interesses das massas populares. Afirma ser necessária uma aliança entre forças sociais distintas, mas quer que convirjam não para um programa econômico e institucional, e sim para a mera participação nesta última esfera, para o aperfeiçoamento dos mecanismos de representação e representatividade.

Como já destacado, se o ideal democrático não esteve e nem poderia estar no horizonte da burguesia autocrática e politicista, a democracia só pode ser um empreendimento da classe trabalhadora. Ainda assim, se esta é o seu único agente, o seu conteúdo e direcionamento mudam de natureza, posto que não se restringe às bandeiras político-institucionais, mas, articulada com essas, consubstancia-se e principia pela transformação da estrutura econômico-social excludente – ao menos pela desmontagem de seus pontos nevrálgicos – que interdita a luta da classe trabalhadora e, pois, sua participação material e política.

Sob a ausência dessa crítica de fundo e sem aventar um programa econômico alternativo que redefinisse as prioridades nacionais, a oposição politicista de Cardoso – assim como a que fora consubstanciada no MDB de então e, pouco adiante, nas agremiações partidárias, incluindo o PT, que, embora tenha nascido das lutas e necessidades da classe operária, não se põe à altura dos seus desafios – esforça-se por politicizar o movimento sindical.

Vale ressaltar que a análise chasiniana dos principais encaminhamentos do sistema autocrático em seu projeto de autorreforma²² e da incapacidade de resposta efetiva da burguesia atrofada, tanto para os seus próprios problemas, decorrentes do esgotamento do “milagre” brasileiro, quanto para as necessidades mais prementes do conjunto da nação, sempre esteve orientada pelo reconhecimento do desafio que a realidade impunha, isto é, pelo reconhecimento de que uma transformação substantiva da realidade brasileira dependia de um projeto econômico encabeçado pelas categorias do trabalho, sem o que a transição *pelo alto* reproduziria os limites e as contradições do capital atrofado e o seu correlato estado autocrático.

22 Isto é, a política de distensão do general Ernesto Geisel, em 1974; as eleições para governador, em 1982; a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral; o Plano Cruzado da chamada, erroneamente, Nova República e as eleições de 1989, nas quais o projeto de autorreforma dava o seu último passo.

Todavia, Cardoso, assim como as oposições brasileiras, com raras exceções, no longo curso da reconversão do bonapartismo à autocracia institucionalizada (1974-1989), por estarem subsumidos a conceitos e teorias próprios do ideário liberal, assumindo tarefas que não são efetivamente de esquerda (ou a busca, como fora no pré-64, da complementação e autonomia do capital incompletável ou, como em Cardoso, a complementação política – a democratização) e, pois, desarmados, negligenciaram aquele desafio. Malbaratada aquela oportunidade histórica de ruptura com o politicismo da burguesia posta pela emergência do movimento operário no ABC paulista, que não se deparou com uma vanguarda ideologicamente independente, com uma propositura econômica e política de sua perspectiva, as oposições canalizaram prioritariamente as energias das massas para as hostes partidárias e institucionais, para eleições para governador em 1982, para a campanha pela eleição direta para presidente e para um processo constituinte, sem, no entanto, articular essas bandeiras com um projeto de transformação na perspectiva do trabalho. Por conseguinte, converteram-se em “colaboracionistas” do projeto de reconversão da ditadura, não servindo às massas; serviram, no entanto, à transição *pelo alto*, portanto, à manutenção da estrutura econômica e política autocrática – transição esta que acabou sendo erroneamente chamada por muitos de transição democrática.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho*. São Paulo: Ensaio, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1972.

_____. "Cuba: lesson or symbol?" In: D. Barkin & N. Manitzas (eds.). *Cuba, the logic of the revolution*. Andover: Warner Modular Publications, 1973.

_____. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

_____. A questão da democracia contemporânea. *Ensaio de Opinião*, n. 5, 21-24, 1977a.

_____. Estado capitalista e marxismo. *Estudos Cebrap*, n. 21, jul./set. 1977b.

_____. Estado y proceso político en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 39, n. 2, abr./jun. 1977c.

_____. O Estado na América Latina. PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.). *O Estado na América Latina*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra/Cedec, 1977d.

_____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 3 ed. São Paulo: Difel, 1977e.

_____. Quels styles de développement?. *Études*, n. 346, jan./jun. 1977f.

_____. *Democracia para mudar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Interdependência e desenvolvimento. *Cadernos de Opinião*, n. 15, dez./ago. 1979/1980.

_____. Perspectiva de desarrollo y medio ambiente: el caso de Brasil. *Revista CEPAL*, (12): 115-132, 1980.

_____. “A América Latina e o socialismo na década de 80”. In: *O novo socialismo francês e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a.

_____. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In: COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b.

_____. *Perspectivas – ideias e atuação política*. GRAEFF, Eduardo P. (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Primeiro Limpar o Entulho Autoritário*. Entrevista a Lourenço Dantas Mota. Brasília, 1985a.

_____. *A democracia necessária*. São Paulo: Papirus, 1985b.

_____. A agenda da transição. *Lua Nova*, v. 2, n. 7, 1985c.

_____. *A construção da democracia*. Estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CHASIN, José. “Ad Hominem – Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista”, In: *Ensaio Ad Hominem*, n.1, Tomo I: Marxismo, Santo André: Ad Hominem, 1999.

_____. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000a.

_____. Sobre o conceito de totalitarismo, In: *Ensaio Ad Hominem*, n. 1, tomo III. Santo André: Ad Hominem, 2000b.

COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COTRIM, Ivan. *Fernando Henrique Cardoso: capitalismo dependente e politicização*. São Paulo: Porto de Ideias, 2015.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

JUVENCIO SOBRINHO, Maria Goreti. *O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso: autoritarismo e democratização (1972-1992)*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. *A política externa do governo FHC e a reinserção da economia brasileira na mundialização do capital (1995-2002)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2012.

_____. O mecanismo da superexploração da força de trabalho e a crise estrutural do capital. *Rebela, revista de estudos latino-americanos*, v.7,n. 3. Set/dez. 2017.

KECK, Margaret. *A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

LEHMANN, David. Cardoso: da dependência à democracia. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 14, p. 36, fev. 1986.

MARINI, Ruy Mauro. As razões do neodesenvolvimentismo. In: SADER, Emir. (org.) *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. Karl Marx e Friedrich Engels. Textos, volume III. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

_____. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAGO FILHO, A. “Sob Este Signo Vencerás! A Estrutura Ideológica da Autocracia Burguesa Bonapartista”. In: *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, 2001.

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo V.. Apresentação. LUKACS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.